

Sumário

Capítulo 1	1
1 Introdução ao estudo de direito e legislação	1
1.1 Noções Gerais de Direito.....	1
1.2 Como Definir o Direito?	3
1.3 Hierarquia das Leis.....	8
1.3.1 Constituição Federal.....	9
1.3.2 Emendas Constitucionais	10
1.3.3 Leis complementares.....	11
1.3.4 Leis Ordinárias	12
1.3.5 Medidas provisórias.....	14
1.3.6 Atos normativos — Decretos e Resoluções	15
1.3.7 Portaria e Instrução Normativa	17
1.4 Formas das Leis.....	20
1.4.1 Parte Preliminar	22
1.4.2 Parte Normativa	22
1.4.3 Parte Final	26
1.4.4 Terminologias jurídicas importantes para trabalhar com Legislação.....	27
1.5 Ramos do Direito.....	28

Capítulo 2	33
2 Noções gerais sobre direito e legislação ambiental internacional.....	33
2.1 Premissas para o Estudo de Direito Ambiental Internacional... 33	
2.2 Evolução Histórica e os Principais Tratados e Convenções Internacionais relacionados à Preservação Ambiental	35
2.3 Convenções e Tratados que foram celebrados nesse contexto da década de 1960.....	37
2.4 Catástrofes ambientais que influenciaram na Celebração de Tratados e Convenções internacionais de preservação ambiental (1972-1992)	38
2.5 Manifestações importantes do Direito Ambiental Internacional no período 1972-1992.....	38
2.6 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)	46
Capítulo 3	49
3 Panorama sobre a evolução da legislação ambiental brasileira	49
Capítulo 4	59
4 Conceitos, objeto, fontes, hierarquia, fundamentos e princípios do direito e legislação ambiental.....	59
4.1 Conceitos, Objeto e Fontes	59
4.2 Fundamentos: Relações interdisciplinares entre Direito, Gestão e Políticas Públicas Ambientais	67
4.3 Fundamentos: Direito Ambiental como Direito Humano de Terceira Geração	70
4.3.1 Da natureza Difusa Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado.....	72
4.4 Princípios do Direito e da Legislação Ambiental.....	77

Capítulo 5	85
5 Principais temas constitucionais de proteção ao meio ambiente.....	85
5.1 Artigo 225 e outros dispositivos relevantes da Constituição Federal de 1988	85
5.1.1 Função Social da Propriedade	93
5.2 Competências em matéria ambiental	94
Capítulo 6	105
6 Política Nacional de Meio Ambiente: Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e seus principais Instrumentos (Licenciamento Ambiental e Exigibilidade de Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).....	105
6.1 Breve Histórico da Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).....	105
6.2 Conceituação: Avaliação de Impactos Ambientais, Impactos Ambientais e Licenciamento	110
6.3 Quando realizar o Procedimento de Licenciamento Ambiental....	112
6.4 Como ocorre o Licenciamento Ambiental.....	116
6.5 Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto no Meio Ambiente (Rima)	118
6.5.1 Definição de Estudo de Impacto Ambiental (EIA)	119
6.5.2 Definição de Relatório de Impacto no Meio Ambiente (Rima).....	120
6.6 Como ocorre o EIA/RIMA no Licenciamento Ambiental.....	121
6.7 A quem compete realizar o Licenciamento Ambiental.....	123
6.8 Etapas pós-aprovação/licenciamento do empreendimento...	128

Capítulo 7	131
7 Proteção da vegetação: espaços territoriais especialmente protegidos. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Código Florestal. Concessão Florestal. Mata Atlântica.....	131
7.1 Espaços Protegidos em Sentido Estrito: Unidades de Conservação e suas Origens	132
7.1.1 Como são definidas as Unidades de Conservação (UC):	133
7.1.2 Quais são os requisitos para se ter uma Unidade de Conservação	135
7.1.3 Quais são os Grupos e Espécies de Unidades de Conservação	135
7.1.4 Plano de Manejo e sua função para as Unidades de Conservação.....	140
7.1.5 Compensação Ambiental para as Unidades de Conservação.....	142
7.1.6 Concessão Florestal	142
7.2 Espaços Protegidos em Sentido Amplo: Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Florestais Legais (RFL) – Base Normativa.....	146
7.2.1 Áreas de Preservação Permanente (APP)	146
7.2.2 Definição legal de Áreas de Preservação Permanentes	147
7.2.3 Projeções de Áreas de Preservação Permanentes previstas pela Legislação	147
7.2.4 Regimes diferenciados de Áreas de Preservação Permanentes (advindos com o Novo Código Florestal)...	150
7.2.5 Possibilidades de Intervenção ou Supressão de Vegetação Nativa nas Áreas de Preservação Permanentes	154

7.2.6 Diferença entre Áreas de Preservação Permenentes (APPs) e Áreas Verdes Urbanas	158
7.2.7 Reserva Florestal Legal (RFL) e sua origem.....	159
7.2.8 Concepção de Reserva Florestal Legal (RFL)	160
7.2.9 Quais são os percentuais de Reserva Florestal Legal (RFL) ...	161
7.2.10 Como regularizar a Reserva Florestal Legal	163
7.2.11 Possibilidade de se aproveitar área de APP como percentual de Reserva Florestal Legal.....	163
7.2.12 Possibilidade de Regime de Condomínio na instituição da Reserva Florestal Legal (RFL)	164
7.2.13 Formas de Regularização da Reserva Florestal Legal (RFL) e Alternativas de aproveitamento econômico sustentável na área.....	165
7.2.14 Obrigatoriedade da Averbação da área de Reserva Florestal Legal (RFL) na matrícula para fins de isenção do ITR (Imposto Territorial Rural) e desconto na caracterização de Propriedade Produtiva.....	167
7.2.15 Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal elegíveis para pagamento por serviços ambientais	168
7.3 Do Cadastro Ambiental Rural (CAR).....	168
7.4 Mata Atlântica.....	175
Capítulo 8	177
8 Proteção das águas: Política Nacional de Recursos Hídricos	177
8.1 A origem da legislação brasileira sobre Recursos Hídricos	177
8.2 Conflito entre particulares envolvendo Recursos Hídricos ...	178
8.3 Domínio dos Recursos Hídricos	179

8.4 Bacia Hidrográfica.....	181
8.5 Fundamento, Objetivos e Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos	182
8.6 Padrões de qualidade das águas: Enquadramentos dos Corpos de Água em Classes segundo os Usos Preponderantes	185
8.7 Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos	188
8.7.1 Exceções ao Regime de Outorga.....	189
8.8 Cobrança pelo uso de recursos hídricos.....	190
8.8.1 Competência para cobrança	191
8.9 Estrutura Administrativa para Gestão dos Recursos Hídricos ...	192
Capítulo 9	195
9 Responsabilidades ambientais: responsabilidade civil pelo dano causado ao meio ambiente. Relações com a Lei da Ação Civil Pública. Responsabilidades administrativas. Responsabilidade Penal (Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente)	195
9.1 Aspectos Gerais da Responsabilidade Civil Ambiental	196
9.1.1 Análise de Estudo de Caso sobre Responsabilidade Civil Ambiental	201
9.1.2 Ação Civil Pública e a Responsabilidade Civil Ambiental	202
9.2 Responsabilidade Administrativa	206
9.2.1 Competência Administrativa dos Entes Federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) para Lavrar Auto de Infração Ambiental.....	218

9.3 Responsabilidade Criminal.....	220
9.3.1 Crimes de Perigo e de Dano.....	222
9.3.2 Aplicação das Penas por Crimes Ambientais.....	223
9.3.3 Circunstâncias Atenuantes	224
9.3.4 Circunstâncias Agravantes	225
9.3.5 Causas Excludentes de Antijuridicidade.....	226
9.3.6 Penas Aplicáveis às Pessoas Físicas	228
9.3.7 Crimes de Menor Potencial Ofensivo - Da Possibilidade de Transação Penal.....	230
9.3.8 Crimes Ambientais Tipificados.....	232
9.3.9 Competência para Julgamento – Crimes contra a Fauna e Flora	237
9.3.10 Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica	238
9.3.11 Penas aplicáveis à Pessoa Jurídica:	241
9.3.12 Ação Penal	242
Capítulo 10	243
10 Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	243
10.1 Contexto Histórico da discussão sobre Resíduos Sólidos no Brasil	243
10.2 Princípios e Objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos	245
10.3 Definições e Principais Aspectos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	247
10.4 Os Planos de Resíduos Sólidos.....	251

10.5 Principais aspectos das Responsabilidades Específicas previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	253
10.6 Inclusão Social dos Catadores.....	255
10.7 Instrumentos Econômicos.....	258
Capítulo 11	261
11 Atividade Urbanística e Planejamento Urbano	261
11.1 Atividade urbanística	261
11.1.1 Relações interdisciplinares entre Direito e Urbanismo e Democracia Urbana	261
11.1.2 A Urbanização, o Urbanismo e a Urbanificação: conceitos e distinções	264
11.1.3 Direito Urbanístico: Conceito, Aspectos e Princípios Informadores	269
11.2 Planejamento urbano e o regime jurídico do solo	274
Capítulo 12	283
12 A ordem urbana na Constituição Federal de 1988 e o regime jurídico da cidade	283
12.1 A ordem urbana na Constituição Federal de 1988	283
12.1.1 Competências em Matéria Urbanística.....	284
12.1.2 Artigo 182 e 183 da Constituição Federal de 1988: Função Social da Propriedade Urbana e Instrumentos da Política Urbana	287
12.2 Regime jurídico de proteção à cidade: O Estatuto da Cidade e o Estatuto da Metrópole	290

Capítulo 13	303
13 Regularização Fundiária e Urbanística	303
13.1 A informalidade urbana e a construção social do direito à moradia urbana	303
13.2 Conceito, modalidades e marcos jurídicos da regularização fundiária e urbana	306
Capítulo 14	315
14 Direito Urbanístico e Ambiental: perspectivas atuais e futuras.....	315
14.1 Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis (CHICS) e Mundo Vuca e Mundo Bani	315
14. 2 Panorama sobre Desafios Climáticos e o Papel das Legislações Ambientais e Urbanísticas.....	319
Referências.....	327